

EDcl na PET no HABEAS CORPUS Nº 544.308 - PB (2019/0334382-8)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
REQUERENTE : P R S M (PRESO)
ADVOGADO : ADEMAR RIGUEIRA NETO - PE011308
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos contra decisão que indeferiu o pedido de exame da revogação da prisão do requerente.

Sustenta o embargante que este Relator não teria se pronunciado quanto à impossibilidade de tramitação do processo na origem, uma vez que se tratam de autos físicos.

Aduz que a impossibilidade de tramitação regular do feito na Corte Estadual permitiria a análise do pleito de revogação da prisão por este Sodalício, não havendo que se falar em supressão de instância.

Requer acolhimento dos aclaratórios para que o defeito apontado seja sanado, analisando-se o pedido de aditamento formulado.

É o relatório.

Inicialmente, tendo em vista que a decisão impugnada foi publicada em 24.3.2020 (e-STJ fl. 386), cumpre atestar a tempestividade da insurgência, pois os aclaratórios foram opostos em 25.3.2020 (e-STJ fl. 391), durante a suspensão dos prazos processuais prevista na Resolução 5/2020 deste Superior Tribunal de Justiça.

O artigo 619 do Código de Processo Penal disciplina que "*aos acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas, poderão ser opostos embargos de declaração, no prazo de dois dias contados da sua publicação, quando houver na sentença ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão*", tendo a jurisprudência desta Corte os admitido, também, com o fito de sanar eventual erro material na decisão embargada.

Da análise da decisão impugnada, conclui-se que não há qualquer mácula a ser corrigida, uma vez que este Relator justificou adequadamente as razões pelas quais não é possível apreciar o pleito de revogação da prisão preventiva do embargante.

Com efeito, explicou-se que, consoante consignado pela própria defesa, a instância de origem ainda não se pronunciou quanto à legalidade da custódia cautelar do acusado, tampouco sobre substituição do cárcere por prisão domiciliar com o fim de preservar a sua saúde em razão dos riscos inerentes à pandemia de coronavírus (Covid-19), circunstância que impede qualquer manifestação deste Sodalício sobre os tópicos, sob pena de se configurar a prestação jurisdicional em indevida supressão de instância (e-STJ fl. 671).

Assentou-se que, em consulta à página eletrônica do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, constatou-se que foi editada a Resolução n. 9/2020, por meio da qual se estabeleceu o Plantão Judiciário no segundo grau de jurisdição, por meio do sistema PJE, em todas classes ativas, não havendo que se falar, assim, em impossibilidade de análise do pleito urgente pela Corte de origem.

Com efeito, ainda que os autos em questão não sejam eletrônicos,

depreende-se que a Corte de origem estabeleceu a possibilidade de peticionamento físico, consoante se extrai do § 2º do artigo 2º do referido diploma normativo que preceitua que, *"não havendo possibilidade de distribuição da demanda de urgência via sistema PJE, em razão das hipóteses definidas no art. 13, 3º da Resolução n. 185/2013 do Conselho Nacional de Justiça, o pedido deve ser distribuído no protocolo físico, nos horários estabelecidos nos incisos deste artigo, em duas vias, ou com cópia, e recebidos mediante protocolo que consigne a data, a hora de entrada e o nome do recebedor"*.

Ademais, consoante previsto no § 1º do artigo 1º do Ato Normativo Conjunto n. 003/2020/TJPB/MPPB/DPE-PB/OAB-PB, *"caberá ao gestor de cada unidade elaborar escala de sobreaviso dos servidores para necessidade de atendimento presencial em caso de urgência, que será realizado no período compreendido no horário de expediente normal de cada órgão"*.

Por conseguinte, inexistindo a comprovação de impossibilidade de análise do pleito pela instância competente, não há que se falar em análise do tema diretamente por este Sodalício.

Não se constata, portanto, nenhum defeito no julgado questionado, tendo este Relator demonstrado, de forma fundamentada, as razões pelas quais não é possível a anulação do processo e a revogação da prisão preventiva do recorrente, estando-se diante de mera irresignação com o resultado do julgamento, o que revela o descabimento dos embargos declaratórios.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME AMBIENTAL. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO DO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE. ACLARATÓRIOS REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração prestam-se, tão somente, a sanar ambiguidade, contradição, obscuridade ou omissão do julgado, consoante dispõe o art. 619 do Código de Processo Penal, ou, então, retificar, quando constatado, erro material.

2. Hipótese em que não houve a omissão alegada pela defesa, pois o voto condutor do acórdão recorrido entendeu que a denúncia atende aos requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal, descrevendo a conduta e as suas circunstâncias.

3. Inviável o acolhimento dos embargos de declaração, uma vez que, a pretexto de vício no acórdão embargado, é nítida a pretensão de rediscutir a matéria já apreciada, ante o inconformismo da defesa.

4. Embargos declaratórios rejeitados.

(EDcl no RHC 118.909/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 20/02/2020, DJe 28/02/2020)

No mesmo diapasão:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO HABEAS CORPUS. ALEGADA OMISSÃO.

REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. INVIÁVEL. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. EMBARGOS REJEITADOS.

I - Nos termos do art. 619 do CPP, serão cabíveis embargos

Superior Tribunal de Justiça

declaratórios quando houver ambiguidade, obscuridade, contradição ou omissão no julgado. Podem também ser admitidos para a correção de eventual erro material, consoante entendimento preconizado pela doutrina e jurisprudência. Não constituem, portanto, recurso de revisão.

II - Não é possível o reexame da matéria já apreciada, na via dos declaratórios, que não se prestam para modificar o julgado, em vista do inconformismo do embargante.

III - O julgador não é obrigado a se manifestar sobre todas as teses expostas no recurso, ainda que para fins de prequestionamento, desde que demonstre os fundamentos e os motivos totalmente suficientes que justificaram suas razões de decidir. Precedentes.

Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no HC 536.335/TO, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 26/02/2020)

Com igual orientação:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. VÍCIOS INEXISTENTES. MERA REDISCUSSÃO. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. PREQUESTIONAMENTO. NÃO CABIMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Apenas se admitem embargos de declaração quando evidenciada deficiência no acórdão recorrido com efetiva obscuridade, contradição, ambiguidade ou omissão, conforme o art. 619 do CPP.

2. Existindo fundamentação idônea, não se prestam os embargos de declaração à rediscussão do aresto recorrido, quando revelado mero inconformismo com o resultado do julgamento.

3. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes quando já encontrado motivo suficiente para proferir a decisão, não servindo os aclaratórios para rediscussão do julgado.

(...)

6. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgRg no HC 520.357/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/12/2019, DJe 12/12/2019)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 34, inciso XVIII, alínea “b”, do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, **rejeitam-se** os embargos declaratórios.

Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao arquivo.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator